

O LUGAR DE ETHEL BEDFORD FENWICK NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM

THE PLACE OF ETHEL BEDFORD FENWICK IN THE POLITICAL AND PROFESSIONAL ORGANIZATION OF NURSING

EL LUGAR DE ETHEL BEDFORD FENWICK EN LA ORGANIZACIÓN POLÍTICO-PROFESIONAL DE LA ENFERMERÍA

Tatiane Araújo dos Santos¹
 Handerson Silva Santos²
 Cristina Maria Meira de Melo³
 Jackeline Matos Pereira⁴

Trata-se de uma reflexão sobre as contribuições de Ethel Bedford Fenwick para a organização político-profissional da Enfermagem. Para tanto, realizou-se um resgate biográfico em edições do *The British Journal of Nursing*, números 2145, 2157 e 2251. As informações levantadas permitiram conhecer o papel político desempenhado por Ethel Fenwick na luta pelo reconhecimento da Enfermagem como campo profissional. Dentre as suas ações, destacam-se a criação da Associação Real das Enfermeiras Britânicas e do Conselho Internacional das Enfermeiras, a luta pelo Registro profissional das enfermeiras inglesas e a fundação do Memorial Florence Nightingale e do Colégio Real das Enfermeiras. Os seus feitos demonstraram que, somente com a organização e o engajamento político, as enfermeiras poderão lograr a valorização social e econômica que almejam.

PALAVRAS-CHAVE: História da enfermagem. Política. Poder. Credenciamento.

This article is a reflection on the contributions of Ethel Bedford Fenwick to the political-professional organization of Nursing. For this purpose, a biographic research was conducted using *The British Journal of Nursing*, volumes 2145, 2157 and 2251 as a bibliographic source. The information gathered allowed us to know the political role played by Ethel Fenwick on the battle for the recognition of Nursing as a Professional class. Amongst her most relevant actions are: *the foundation of the Royal British Nurses Association, the International Council of Nurses, the fight for the State Registration of Nurses, the creation of the Florence Nightingale International Foundation and the Royal College of Nurses. Her achievements demonstrated that only through organization and political engagement would the nurses be able to reach the social and economical value they desire.*

KEY WORDS: History of nursing. Politics. Power. Credentialing.

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Membro do Núcleo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (Gerir/UFBA). Professora Colaboradora da Universidade Salvador (UNIFACS). Professora Auxiliar Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). tatianearaujosantos@yahoo.com.br

² Enfermeiro. Mestre em Enfermagem. Membro do Núcleo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (Gerir/UFBA). Pesquisador Colaborador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde (INCT-Citecs/ISC/UFBA).

³ Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Membro do Núcleo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (Gerir/UFBA). Professor Associado I da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

⁴ Enfermeira. Graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Se trata de una reflexión sobre las contribuciones de Ethel Bedford Fenwick para la organización político profesional de la enfermería. Por lo tanto, se realizó un rescate biográfico a través de las ediciones del The British Journal of Nursing, números 2145, 2157 y 2251. Las informaciones obtenidas permitieron conocer el papel político desempeñado por Ethel Fenwick en la lucha por el reconocimiento de la enfermería como un campo profesional. Entre sus acciones, se destaca la creación de la Real Asociación de enfermeras británicas y del Consejo Internacional de las Enfermeras, la lucha por el registro profesional de las enfermeras Inglesas y la fundación del Memorial Florence Nightingale y del Colegio Real de Enfermeras. Sus logros demostraron que sólo mediante la organización y el compromiso político, las enfermeras podrán lograr la valorización social y económica que anhelan.

PALABRAS-CLAVE: Historia de la enfermería. Política. Poder. Acreditación.

INTRODUÇÃO

A Enfermagem consolida-se como campo profissional na Inglaterra, entre os séculos XIX e XX, expandindo-se para outros países. A face mais conhecida da institucionalização da Enfermagem é a representada por Florence Nightingale que, embora tenha dado contribuições relevantes para este campo de saberes e práticas, nunca estabeleceu como meta a profissionalização das enfermeiras. O que Florence almejou foi a prática de cuidados que possibilitasse a recuperação, a autonomia e o conforto do paciente, compreendendo a prática em enfermagem como dom, vocação, além de uma atribuição eminentemente feminina.

Assim, a luta pelo reconhecimento profissional e pela organização política em Enfermagem caberia a outras mulheres que, apoiadas no legado de Florence, iniciariam uma longa luta – como não poderia deixar de ser, dado que as guerras sempre permearam a história da Enfermagem – pela regulamentação e pelo fortalecimento político da profissão.

A atuação política de uma categoria profissional vai além do seu agir técnico. Esta se dá nos atos cotidianos: ações individuais e coletivas nos espaços da profissão, escolhas éticas, participação em organizações próprias e nas diversas instâncias de representação e de comando na sociedade. A atuação profissional implica tanto na regulamentação das práticas como nas escolhas e decisões políticas na produção do conhecimento e formação das profissionais (PIRES, 2003).

A ação política está intimamente vinculada ao poder, compreendido como a capacidade de

mobilizar outras pessoas para o alcance de um objetivo ou realização de uma ação. O poder, desta forma, pode ser exercido por indivíduos ou grupos. O exercício do poder não se caracteriza por sua coisificação ou pela posse de algo, uma vez que resulta de uma ação relacional. Assim, para o exercício do poder é necessário que se defina quem o exerce, quem o legitima e em qual esfera de atividade é exercido. O exercício do poder constrói saberes e produz discursos. Para que este exercício se dê em um âmbito coletivo é necessário que as pessoas, individualmente, cedam total ou parcialmente, para assim constituir um poder político que se materialize sob a forma de uma ação socialmente legitimada (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998).

Dessa forma, é fácil compreender que a nova profissão em Enfermagem, nos seus primórdios, precisava legitimar-se politicamente perante seus pares e a sociedade. O reconhecimento legal da formação prévia para o exercício da Enfermagem, isto é, a regulamentação profissional nesse campo e a criação de organizações que representassem as enfermeiras foram pontos importantes para o exercício do poder nesta profissão e a conformação de seus saberes e discursos como trabalhadoras.

O exercício do poder na Enfermagem, enquanto elemento para a sua conformação como categoria profissional,

[...] vai além da conquista de bens materiais ou do reconhecimento público. Reflete a relação entre as pessoas, e o seu exercício possibilita que os indivíduos

busquem sua emancipação política, entendendo a sua participação como conquista e não como concessão (MELO; SANTOS, 2007, p. 428).

Esta compreensão, por parte de algumas enfermeiras, no século XIX, implicou no reconhecimento do papel da mulher na sociedade capitalista e ampliou a visão destas quanto aos obstáculos às práticas profissionais das mulheres e, conseqüentemente, quanto à elaboração de estratégias para superá-los. Portanto, só uma ação política organizada e coletiva, que extrapolasse o interior dos hospitais, seria capaz de constituir uma identidade profissional e o reconhecimento social do trabalho das mulheres e das enfermeiras.

A participação política das enfermeiras necessitava ser construída, dado que o âmbito da política sempre foi impeditivo para as mulheres. A saída encontrada pelas enfermeiras para o exercício da política foi denominada por Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998) de ativação. Esta é definida como o desenvolvimento, por parte dos sujeitos, dentro e fora de uma organização política, de atividades que lhes são confiadas por delegação. Dado que, no contexto do século XIX, ainda era negada às mulheres a atuação em espaços públicos e de disputa de poder, nem todas teriam condições para expressar e conduzir as bandeiras de luta da profissão. Nesse cenário, como expoente da organização profissional e política em Enfermagem, surge Ethel Bedford Fenwick, responsável pela regulamentação da Enfermagem na Inglaterra, pela criação de organizações de Enfermagem tanto inglesas quanto internacionais, além de contribuir para a formação em Enfermagem em outros países.

As ações políticas empreendidas por Ethel Fenwick foram disseminadas por todos os países onde a Enfermagem foi profissionalizada. Como exemplo, podemos citar a sua influência na modificação da formação das enfermeiras nos Estados Unidos da América que, até o ano de 1890, dava-se no ambiente hospitalar e sofreu transformações pela aproximação de Ethel Fenwick com Adelaide Nutting e Lavinia Dock, lideranças em Enfermagem da Universidade John Hopkins. Esta colaboração possibilitou a instalação do primeiro centro universitário de formação

de enfermeiras em Baltimore, e a ideia inicial para a fundação da Liga Nacional do Ensino em Enfermagem e da Associação Americana em Enfermagem (CASTRO SANTOS; FARIA, 2009).

Esse modelo americano de formação de enfermeiras – baseada na tríade formação universitária, organização da associação de classe e criação da revista científica – direcionou a institucionalização da Enfermagem brasileira. No Brasil, essa tríade conformou-se com a fundação da Escola Anna Nery, da Revista Brasileira de Enfermagem e da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), que destacamos como organização que empreendeu a luta pela regulamentação e pela organização política da profissão.

A ABEn foi a primeira entidade criada e organizada pelas profissionais de Enfermagem no Brasil. A sua fundação ocorreu em 1926, com o nome de Associação de Enfermeiras Diplomadas, para a consolidação e expressão da Enfermagem brasileira, tanto em âmbito nacional como internacional. Nessa trajetória,

[...] organizou ações, formulou propostas e projetos que culminaram com a criação do sistema autárquico de fiscalização do exercício profissional, defendendo perante o Estado que o trabalho da enfermagem não é um simulacro da prática de outras categorias profissionais de saúde. (SILVA; PERUZZO; PIRES, 2003, p. 5).

Em 1929, a ABEn filia-se ao Conselho Internacional de Enfermeiras. Em 1953, sob a presidência de Maria Rosa Sousa Pinheiro, sedia o seu X Congresso Quadrienal, projetando a Enfermagem brasileira no âmbito internacional (OGUISSO; CAMPOS; SANTIAGO, 2009).

Embora a Enfermagem, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, ao longo dos dois últimos séculos, tenha conseguido avanços no que se refere à sua organização política e profissional, em pleno século XXI ainda se busca junto à sociedade o reconhecimento do seu trabalho. No entanto, esse reconhecimento só será possível quando estivermos “[...] organizadas e estruturadas internamente, compreendendo o nosso papel e nossa importância na equipe de saúde. Precisamos adotar estratégias para alcançar e definir nossos espaços, para isso o conhecimento de nossa história é fundamental.”

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2003, p. 10).

Reconhecendo a importância do conhecimento da história para a compreensão de nós mesmas como trabalhadoras e como mulheres capazes de transformar o mundo e a própria profissão, o objetivo desta reflexão é resgatar as contribuições de Ethel Bedford Fenwick na organização política e profissional na Enfermagem.

Para a composição desta análise reflexiva, como fonte de informações biográficas de Ethel Bedford Fenwick, utilizamos artigos publicados no *The British Journal of Nursing*, números 2.145 e 2.157, publicados respectivamente nos anos de 1947 e 1948. Todos os números do referido jornal estão disponíveis nos arquivos *online* do *Royal College of Nursing*.

CONTRIBUIÇÕES DE ETHEL BEDFORD FENWICK PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PROFISSIONAL NA ENFERMAGEM



FIGURA 1 – Foto de Ethel Bedford Fenwick
Fonte: Graça ([2004?]).

Nascida em 26 de janeiro de 1857, na Escócia, Ethel Gordon Manson, ainda jovem, destacava-se por seu espírito de líder reformista. Aos vinte e um anos, ao tomar a decisão de ser enfermeira, iniciou seu treinamento como estagiária pagante no hospital infantil de Nottingham, em 1878. Após um ano, seguiu para a Enfermaria Real de Manchester e, ao completar seu curso, foi

indicada como Irmã da Enfermaria Charlotte, no Hospital de Londres. Sua ambição profissional era tornar-se matrona de uma escola de treinamento. O termo matrona (*Matron*) é ainda hoje utilizado, principalmente na Europa, para designar a enfermeira sênior ou chefe de serviço.

No início de 1881, Ethel iniciou suas atividades como Matrona do Hospital São Bartolomeu. Na ocasião, declarou ao *British Journal of Nursing* que o foco do seu trabalho era a organização da Escola de Treinamento, demonstrando preocupação com a formação de qualidade para as enfermeiras.

A sua atuação em favor da profissão estava apenas começando. Sua vida pessoal e profissional tomaria novos rumos quando Ethel casou-se com o Dr. Bedford Fenwick, que desempenharia um importante papel ao servir como apoiador e conselheiro dos projetos e ambições político-profissionais da esposa. É importante salientar que Ethel Bedford Fenwick era da aristocracia inglesa, sendo o seu padasto membro do parlamento britânico, o que lhe proporcionou uma educação culta e refinada. Quanto ao seu esposo, as fontes consultadas informam apenas que era médico, o que nos permite inferir que era um homem influente e, provavelmente, também membro da aristocracia inglesa.

Preocupada com o reconhecimento social do trabalho das enfermeiras inglesas, Ethel discordava da apologia ningthingeliana quanto ao perfil vocacional das enfermeiras e defendia que estas tivessem reconhecimento profissional (HARDY, 1947). Com o apoio do seu esposo e amparada em seu prestígio social, no ano de 1887, Ethel deu início ao trabalho de maior importância pública para a Enfermagem, com a fundação da Associação de Enfermeiras Britânicas, sob a presidência da Princesa Helena, do Reino Unido, filha da Rainha Vitória.

É possível conjecturar que a estratégia de Ethel, ao convidar a Princesa Helena para a presidência da Associação, tinha como propósito dar visibilidade à profissão e alcançar o *status* de legalidade e de reconhecimento federal para a enfermeira. Em 1893, a Rainha Vitória concedeu a Carta Real para a Associação, que passou

a chamar-se Associação Real das Enfermeiras Britânicas, sendo a primeira organização profissional feminina inglesa a receber tal chancela. Seus objetivos consistiam em

[...] unir todas as enfermeiras britânicas como membros de uma profissão reconhecida, assim como fornecer registros como evidências de que tenham recebido treinamento sistemático, e para que se associem em ajuda mútua e proteção para o progresso do seu trabalho enquanto profissionais. (HARDY, 1947, p. 38, tradução nossa).

Os objetivos da Associação Real das Enfermeiras Britânicas, traçados por Ethel e colaboradoras, já apontavam aspectos avançados para o mundo do trabalho no século XIX: compreende a profissão da enfermeira como trabalho; demonstra a importância de sistematizar informações/dados que sirvam de sustentação dos argumentos para dar visibilidade ao trabalho; pela primeira vez, os termos trabalho e profissão apareceram associados à Enfermagem. Além disso, é nítido que se buscou distinguir as enfermeiras profissionais da grande massa de enfermeiras domésticas existentes na Inglaterra, que, em 1851, chegavam a 39.139 mulheres com idades que variavam dos cinco aos 85 anos e mais (NIGHTINGALE, 2005).

A fundação da Associação, segundo Ethel e suas colaboradoras, era necessária para conquistar um reconhecido padrão de treinamento para as enfermeiras. Com esse intuito, Ethel fundou, em julho de 1894, na sala do Conselho Diretor do Hospital São Bartolomeu, o Conselho das Matronas. Mais uma vez, Ethel demonstrou que tinha uma visão política da organização como essencial para a visibilidade social da profissão.

Em 1888, surgiu a ideia da Inscrição Federal para enfermeiras. Esta seria “[...] uma garantia para a profissão médica e para o público de que toda enfermeira cujo nome é encontrado inscrito no Registro está qualificada através de treinamento para tratar dos doentes de maneira eficiente, nada mais e nada menos.”⁶ (EDITORIAL, 1948, p. 38, tradução nossa). O primeiro rascunho do

⁵ “[...] unite all British Nurses in membership of a recognized profession and to provide for their Registration as evidence of their having received systematic training, and to associate them for their mutual help and protection and for the advancement of their professional work.”

⁶ “A guarantee to the medical profession and the public that every nurse whose name is found on the register is qualified by training and knowledge to tend the sick efficiently. Nothing more and nothing less.”

projeto de lei para o registro federal das enfermeiras no Reino Unido foi redigido por Ethel, com a colaboração de seu esposo. Sua tramitação pelo Parlamento britânico, porém, sofreu oposição de enfermeiras célebres, entre elas Florence Nightingale, além da oposição de muitos médicos e, ainda, da Associação dos Hospitais e de alguns membros do Parlamento. A tramitação do projeto até a sua aprovação levou dezenove anos, o que demandou de Ethel e de suas apoiadoras intensa articulação política para superar as derrotas e conquistar o Registro Federal das Enfermeiras inglesas.

Registro das enfermeiras: longo percurso

O projeto para o registro federal das enfermeiras foi introduzido na Casa dos Comuns pelo Dr. Farquharson no final de 1903. Quase cinco anos mais tarde foi encaminhado para a Casa dos Lordes por Lorde Amthill e aprovado na íntegra, com elogios por sua redação. Entretanto, ao retornar à Casa dos Comuns, como não recebeu o apoio necessário para fazê-lo chegar às mãos do Primeiro-Ministro, foi descartado.

Outra tentativa deu-se em 1910, quando Lorde Amthill criou e presidiu o Comitê Central para o Registro Federal das Enfermeiras, também responsável pela representação da Associação Médica e da Associação de Enfermeiras em todo o país.

Ethel Fenwick e seu círculo de colaboradoras não perdiam nenhuma oportunidade para pressionar os membros da Casa dos Comuns. Cabe lembrar que, assim como Ethel, Florence e suas colaboradoras também gozavam de prestígio social e, certamente, contavam com apoiadores políticos influentes no Parlamento. Além disso, a legalização federal para o trabalho das enfermeiras representava o rompimento de um paradigma social no século XIX: o trabalho das mulheres.

Após o fim da Primeira Guerra, em cujos campos de batalha as enfermeiras britânicas protagonizaram atuação elogiosa, o que lhes concedeu maior visibilidade, a luta pelo registro federal, então arrefecida no Parlamento, ganhou fôlego: a começar por um projeto apresentado à

Casa dos Lordes, contrário às propostas do projeto do Comitê Central para o Registro Federal das Enfermeiras Treinadas. O então Ministro da Saúde, Dr. Christopher Addison, tomou a si a responsabilidade para a aprovação do projeto proposto pelo Comitê. Assim, em 23 de dezembro de 1919, os esforços de Ethel Fenwick lograram o sucesso almejado, uma vez que, nessa data, o Projeto de Lei obteve a assinatura real e o Ato das Enfermeiras, finalmente, foi colocado no Livro Estatutário, tornando-se lei.

Lutas paralelas ao registro federal das enfermeiras

Ainda que dezenove anos tenham se passado desde a primeira tramitação do projeto para o registro profissional das enfermeiras até a sua aprovação no Parlamento, durante esse período, Ethel Fenwick não hesitou em continuar sua luta pela organização política, qualidade na formação profissional e visibilidade para o trabalho das enfermeiras no mundo.

No ano de 1892, Ethel deu início a uma série de viagens internacionais, contribuindo com movimentos de reforma na Enfermagem. Foi eleita membro do Comitê Feminino da Comissão Real Britânica para a Feira Mundial de Chicago, EUA. Em 1893, ela representou a Associação Real das Enfermeiras Britânicas no Congresso das Representantes das Mulheres, também em Chicago. Ao retornar, inspirada no Conselho Internacional de Mulheres, apresentou, em julho de 1899, na Segunda Conferência Anual do Conselho de Matronas da Grã-Bretanha e Irlanda, sua ideia de organizar um Conselho Internacional de Enfermeiras, a qual foi aprovada por unanimidade.

Em 1901, em Buffalo, EUA, foi aprovada a Constituição para o Conselho Internacional das Enfermeiras, cujo objetivo era “[...] uma liderança autônoma das enfermeiras em suas Associações, objetivando aumentar ainda mais os padrões educacionais e de ética profissional, utilidade pública e espírito cívico de seus membros.”⁷

⁷ “Self-government of Nurses in their Associations, with the aim of raising ever higher the standards of education and professional ethics, public usefulness and civic spirit of their members.”

(HARDY, 1947, p. 39, tradução nossa). Ethel foi eleita a primeira presidente. Nesse mesmo evento, Ethel apresentou um trabalho intitulado “Um Apelo para o Ensino Superior para as Enfermeiras”.

No segundo encontro do Conselho Internacional de Enfermeiras, realizado em 1904, em Berlim, o Conselho Nacional de Enfermeiras da Grã-Bretanha, composto de todas as Associações de Enfermeiras e de Alianças de Enfermeiras formadas nas escolas de treinamento inglesas, formalmente se afiliou. Os congressos seguintes foram realizados em Londres (1909), Colônia (1912), São Francisco (1915), Copenhagen (1923), Helsinki (1925), Montreal (1929), Paris-Bruxelas (1933), Londres (1937), Atlantic City (1947) e Rio de Janeiro (1953).

Em 1892, Ethel adquiriu um periódico chamado *The Nursing Record*, que, em 1903, foi renomeado *The British Journal of Nursing*, reconhecendo o valor político e social de uma publicação que expressasse a voz das enfermeiras. Fazia-se necessário criticar aparentes injustiças, como em relação ao reconhecimento, pelo Estado, das enfermeiras assistentes que, além de ter baixa qualificação na formação, passaram a competir com as enfermeiras que tinham treinamento integral. A publicação também funcionou como um instrumento para a divulgação do trabalho das enfermeiras e como importante mecanismo de pressão para o alcance do registro profissional.

A intenção de Ethel era que essa publicação, de propriedade das enfermeiras, fosse editada por uma enfermeira treinada, seu lucro revertesse para as enfermeiras e seus artigos fossem escritos por enfermeiras, com uma linha editorial educacional. Esta foi a primeira publicação de Enfermagem no mundo e Ethel Fenwick foi sua editora por 53 anos, quase até o momento de sua morte. A sua habilidade com a escrita possibilitou sua eleição como presidente da Sociedade de Mulheres Jornalistas (1910-1911). Na coroação do Rei George V, na Abadia de Westminster, em 1911, ela representou a sociedade civil.

Em seus artigos, Ethel, como uma voz ecoando na imensidão, implorava para que as enfermeiras se levantassem firmemente na luta por suas

demandas por justiça, liberdade e dignidade e por melhores condições e melhor educação (HARDY, 1947). Tal postura revela a compreensão de Ethel de que, sem organização política, seria impossível conquistar o reconhecimento da profissão e do seu lugar no mundo do trabalho.

Fundação do Memorial Florence Nightingale e do Colégio Britânico das Enfermeiras

A concepção e a construção de um Memorial a Florence Nightingale também são atribuídas a Ethel. Ela aproveitou o encontro do Conselho Internacional de Enfermeiras em Colônia, em 1912, e propôs instituir um memorial a Florence, “[...] ela [que] foi dotada com a inteligência de perceber que a Enfermagem deveria seguir os pressupostos da medicina científica como base de suas ações”⁸ (EDITORIAL, 1948, p. 39, tradução nossa).

O projeto recebeu apoio irrestrito das autoridades mundiais em Enfermagem presentes no evento, porém arrefeceram as iniciativas nesta direção diante da Primeira Guerra Mundial. Somente em 1929, em Montreal, Ethel foi eleita diretora do Comitê Provisório do Memorial. Em 1931, na reunião do corpo diretor do Comitê Provisório, em Genebra, ficou acordado que, não mais o Memorial, mas a Fundação Internacional Florence Nightingale deveria ter caráter educacional e ser sediada em Londres. Assim, em 1932, 20 anos após a ideia inicial, coube a Ethel Bedford Fenwick ser a principal organizadora da Fundação Internacional Florence Nightingale. Esta iniciativa indica também que Ethel valorizava o papel de Florence na Enfermagem, bem como o valor da memória histórica para a institucionalização da profissão.

Em 1926, Ethel resolveu fundar uma escola para a formação de enfermeiras. Assim como concebera a publicação de uma revista, a escola, dirigida por um conselho composto somente de enfermeiras, deveria ser administrada para o benefício dessas profissionais registradas. Seus

objetivos eram “[...] educação profissional e cívica eficientes, segurança, proteção legal, social e ajuda benevolente.”⁹ (HARDY, 1947, p. 41, tradução nossa).

Outra preocupação de Ethel era impedir que qualquer empregador de enfermeiras tivesse direito a uma cadeira no Conselho Diretor da Escola. Isso porque muitas enfermeiras, àquela época, estavam, segundo Ethel, submetidas a desmandos, servindo em comitês que se autodenominavam Associações de Enfermagem. Isto indica que Ethel compreendia essa iniciativa como um espaço de atuação das trabalhadoras em Enfermagem, assumindo um caráter também sindical, além de educacional. Nesse projeto, Ethel contou com a importante ajuda de seu esposo que, além de doar ao Conselho Diretor a soma de cem mil libras, foi também seu administrador e tesoureiro.

Últimos anos da vida de Ethel Fenwick

Após sofrer uma queda, aos 89 anos de idade, e ter fraturado o fêmur, passara a sofrer fortes dores. Fora transferida para um quarto na enfermaria do Hospital São Bartolomeu. Mesmo imobilizada, Ethel fazia questão de ser mantida informada acerca das questões que envolviam a Enfermagem e sua escola de treinamento.

Após cinco meses de internamento, solicitou mudança de ambiente, sendo transferida para um quarto na casa de uma amiga, a enfermeira Mabel Barber, vice-presidente do Colégio de Enfermeiras, em 6 de novembro de 1946. Em 10 de março de 1947, já aos 90 anos de idade, entrou em coma, até o dia 13, quando faleceu. A cerimônia de sua cremação contou com a presença de muitas enfermeiras e importantes representantes das diversas associações de Enfermagem, além de parentes, filho e netos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de Ethel Fenwick para a organização político-profissional das enfermeiras sempre estiveram à frente de seu tempo. As

⁸ “She was endowed with the genius to realise that nursing must follow scientific medicine as its handmaid.”

⁹ “Efficient professional and civic education, economic security, legal protection, social and benevolent help.”

ações empreendidas por esta enfermeira estão historicamente localizadas no século XIX e início do século XX, quando o trabalho feminino era ainda mais desvalorizado que hoje e relacionado ao âmbito doméstico. Mesmo quando incorporadas à esfera da produção capitalista, as mulheres o foram por seus atributos domésticos e femininos, como paciência, docilidade, submissão, fatores importantes para a indústria nascente, e não por serem reconhecidas como profissionais (HIRATA, 2003).

Ao lutar pelo registro das enfermeiras, Ethel demonstrou à sociedade a importância do trabalho feminino, realizado na esfera pública, como primeiro passo para o exercício profissional, desvinculando-se o cuidado do espectro maternal e do trabalho doméstico, espaço privado ao qual se limitava a atuação das mulheres no século XIX e início do século XX. O dom e a vocação, entretanto, não foram eliminados nesse processo de legitimação da atividade.

O reconhecimento de uma profissão traz consigo todas as características do âmbito profissional: trabalhadoras precisam receber um salário por seus serviços, precisam de uma jornada de trabalho e da regulação do Estado sobre a sua atividade. Se o cuidado permanecesse entendido apenas como vocação, como mensurar o salário e a jornada de algo que é doação e, portanto, gratuito?

Além disso, organizar e conquistar o reconhecimento social da profissão simbolizava, na época, a ocupação da esfera pública pela mulher, seja no mercado de trabalho ou em outras instâncias sociais, o que se constituía e se constitui em uma disputa de poder. Assim, ao lutar pela Enfermagem profissional, Ethel também contribuiu para que as mulheres iniciassem a luta pelo abandono do lugar de pessoas de segunda classe e passassem a ser reconhecidas como cidadãs, trabalhadoras e mulheres.

É importante ressaltar que Ethel não delimitou as lutas pela Enfermagem somente ao âmbito da profissão. Consciente da ação política necessária para o reconhecimento das enfermeiras como trabalhadoras, ela ocupou diversos espaços de poder para difundir sua luta nos espaços

públicos. Com isto, demonstrou que, para o alcance de objetivos específicos, foi necessário o engajamento em espaços mais amplos e a inserção em lutas maiores.

Suas lições são de extrema importância atual: de nada adianta às enfermeiras ficarem limitadas ao seu próprio círculo profissional, à espera do reconhecimento social por suas habilidades ou competência técnica. Pelo exemplo, Ethel demonstrou que toda luta profissional deve ser empreendida sobre o tripé: articulação, ação política e comunicação. A articulação e a ação política são necessárias para angariar parceiros e tornar visível a luta em questão, buscando o amplo apoio social. A comunicação, para que as enfermeiras sejam, elas mesmas, as suas porta-vozes, não deleguem esta função a nenhum outro ator e disseminem esta concepção aos demais membros da profissão e da sociedade.

Contudo, embora todos esses feitos sejam relevantes para a profissão, alguns questionamentos ainda permanecem: Por que as enfermeiras insistem em valorizar sua imagem como anjos de branco, se existem outras imagens que espelham a sua luta e prática? Por que ainda predomina entre nós a ideologia da Enfermagem propagada por Florence, enquanto iniciativas como a de Ethel e outras lideranças, que privilegiam a associação e a identidade coletiva enquanto trabalhadoras, são esquecidas? Por que o ensino sobre a história da profissão é frágil e pouco valorizado? A produção científica da Enfermagem não deveria recuperar questões relacionadas à luta pela valorização social e econômica da profissão?

A predominância da concepção de Florence sobre a profissão da enfermeira no Brasil indica que, embora a luta das mulheres na sociedade tenha alcançado avanços significativos, as enfermeiras, ao contrário do exemplo deixado por Ethel, ao reduzirem sua profissão ao cuidado vocacional, omitem-se quanto a sua organização e mobilização política.

Ainda hoje, são poucos os membros da profissão no Brasil que levantam e portam as bandeiras da identidade profissional coletiva, esperando que outros façam o que somente a organização política pode fazer. Vale destacar que

os avanços no campo da valorização da profissão no Brasil dependem diretamente do lugar, ainda politicamente inexpressivo e restrito, que as mulheres ocupam na sociedade.

Nenhuma sociedade reconhecerá a importância de uma profissão que não se reconhece a si própria e não luta para se fazer reconhecer. Neste sentido, a lição que podemos aprender com Ethel Fenwick está clara: luta constante, em prol da Enfermagem e das mulheres, significando que as enfermeiras conquistarão um lugar social de destaque quando assumirem que as lutas de todas as mulheres é também a luta de todas as enfermeiras.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Por uma postura política atuante da enfermagem. *Jornal da ABEn*, Brasília, Ano 45, n. 2, p. 10-11, abr./jun. 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antônio; FARIA, Lina. *Saúde e história*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- EDITORIAL. *The Bristb Journal of Nursing*, England, v. 96, n. 2.157, p. 37-38, abr. 1948. Disponível em: <http://www.rcn.org.uk/development/rcn_archives/historical_nursing_journals>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- GRAÇA, Luis. *Ethel Fenwick: o combate pela profissionalização da enfermagem na Grã-Bretanha e no resto do mundo*. [2004?]. Disponível em: <<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos141.html>>. Acesso em: 7 out. 2009.
- HARDY, Gladys M. Ethel Gordon Fenwick, S.R.N. *The Bristb J. Nursing*, England, v. 95, n. 2.145, p. 38-42, abr. 1947. Disponível em: <http://www.rcn.org.uk/development/rcn_archives/historical_nursing_journals>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal; Coordenadoria Especial da Mulher. 2003. p. 15-30. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher.
- MELO, Cristina Maria Meira de; SANTOS, Tatiane Araújo dos. A participação política de enfermeiras na gestão do Sistema Único de Saúde em nível municipal. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 426-432, jul./set. 2007.
- NIGHTINGALE, Florence. *Notas sobre a enfermagem: o que é e o que não é*. Lourdes, PT: Lusociência, 2005.
- OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; SANTIAGO, Emiliane Silva. Maria Rosa Sousa Pinheiro e a reconfiguração da enfermagem brasileira. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 643-651, out./dez. 2009.
- PIRES, Denise. A enfermagem e o desafio da organização política. *Jornal ABEn*, Brasília, ano 45, n. 1, p. 5, jan./mar. 2003.
- SILVA, Francisca Valda; PERUZZO, Simone; PIRES, Denise. Uma agenda política para a enfermagem brasileira. *Jornal ABEn*, Brasília, ano 45, n. 1, p. 3-5, jan./mar. 2003.

Submissão: 4/9/2011

Aceito: 21/3/2012

